

Ética e história em Kant: um estudo sobre *Idéia*

João Roberto Barros II¹

Resumo: No presente trabalho, será feita uma transição do campo da moral, da reflexão ética, para o da Filosofia da História. O argumento vai seguir as linhas genéricas de uma relação de continuidade entre esses dois campos, enfatizando o papel da noção de progresso subjacente aos postulados da razão prática. Defenderemos que a amplitude da reflexão ética somente pode ser entendida se levado em consideração o âmbito da Filosofia da História, seus horizontes e suas implicações conceituais; essa é nossa defesa principal. Para tanto, começaremos tratando da idéia de progresso para depois nos determos, principalmente, na quarta proposição da obra *Idéia de uma História Universal de um Ponto de Vista Cosmopolita*, de 1784, apontando para o conceito chave da insociável sociabilidade e lançando mão de outras obras de Filosofia da História para melhor explicitá-lo.

Palavras-chave: progresso – insociável sociabilidade – Filosofia da História.

1. Da moral à Filosofia da História

Com base na distinção entre conhecer e pensar, Kant afirma que os indivíduos podem admitir idéias que tornam possível, no plano prático, uma vida com sentido. Pode-se dizer que as idéias da razão prática são úteis para a consecução do fim prático da mesma. São postulados pensados e admitidos pela faculdade prática da razão, mas não passíveis de

¹ Doutorando em Filosofia pela Unisinos e bolsista da CAPES. Orientadores: Prof. Dr. Inácio Helfer e Prof. Dr. Castor Ruiz. E-mail: joaorbarrosll@gmail.com

serem conhecidos. Na *CRP*², Kant cita três idéias desse tipo: a liberdade, a imortalidade da alma e Deus.³ Quanto à primeira, sua realidade é tratada sob dois enfoques distintos, tanto na *FMC*⁴ quanto na *CRPr*⁵. Cabe ao nosso assunto explicar como as duas outras são significativas na Filosofia da História.

Lançando mão do postulado da imortalidade da alma, Kant procura uma alternativa para que a longa busca pela completa efetivação da lei moral do mundo por parte do indivíduo não seja tomada por um desânimo fulminante. Para que o sujeito livre e conhecedor da lei moral possa se aproximar gradualmente da perfeita execução dos ditames da razão no determinar suas ações, é necessário postular uma vida futura além desse mundo. Pois ali o sujeito poderia não só se aproximar cada vez mais da santidade da referida lei, como também esperar colher os frutos das retas ações praticadas durante a vida.

Como estratégia de fomento do agir moral, a imortalidade da alma também é um postulado que auxilia na concepção de uma vida e de um mundo com sentido. De acordo com essa concepção, os resultados da conduta humana poderão corresponder à pureza da intenção de suas ações e seu esforço não será eternamente meritório e vão⁶, de modo que a crença em suas aspirações não serão frustradas.

O papel que a imortalidade da alma desempenha na Ética, a espécie o faz na Filosofia da História.⁷ Kant mesmo se coloca nestes termos:

2 *Crítica da razão pura*.

3 Cf. *CRP*, A 434 / B 462 a A 461 / B 489.

4 *Fundamentação da metafísica dos costumes*, BA 87-88.

5 *Crítica da Razão Prática*, A 58.

6 Cf. *CRPr*, A 219ss; e WEIL, *Problèmes kantians*, p. 113. Na referida passagem da *CRPr*, Kant trata da consecução do sumo bem e, para tanto, aborda a questão dos postulados da imortalidade da alma e de Deus. Quanto ao nosso interesse, cabe salientar que restringiremos nossa investigação à consequência que tais postulados têm para sua Filosofia da História, não discorrendo, portanto, sobre sua função no campo moral tomado em específico.

7 ARAMAYO, *Crítica de la razón ucrónica*, p. 92, n. 105. Cf. também GOLDMANN, *Mensch, Gemeinschaft und Welt in der Philosophie Immanuel Kants*, p. 292. Há também uma versão em francês: *Introduction à la philosophie de Kant* (Paris: Gallimard, 1967) e outra em espanhol: *Introducción a la filosofía de Kant* (Buenos Aires, Amorrortu, 1974).

(...) as gerações passadas parecem cumprir suas penosas tarefas somente em nome das gerações vindouras (...) e que somente as gerações posteriores devam ter a felicidade de habitar a obra que uma longa linhagem de antepassados (...) edificou, sem mesmo poder participar da felicidade que preparou. E por enigmático que isso seja, é, entretanto, também necessário, quando se aceita que uma espécie animal deve ser dotada de razão e, como classe de seres racionais, todos mortais, mas cuja *espécie é imortal*, deve todavia atingir a plenitude do desenvolvimento de suas disposições.⁸ (grifo nosso)

“A moral conduz à Filosofia da História”.⁹ A espécie, então, perfaz a condição de possibilidade para que o indivíduo creia na exequibilidade desse fim, dessa idéia dada *a priori* pela razão, e persiga incondicionalmente, sem esmorecer jamais, a realização de uma comunidade de seres regidos por leis racionalmente fundamentadas, garantindo assim a coexistência das liberdades individuais e proporcionando o desenvolvimento das disposições. Trata-se da tarefa histórica de construir um sistema de leis demandadas no interesse da conservação própria¹⁰, num primeiro instante, e que possibilitem o crescente exercício da liberdade conforme a lei da razão, pois tal sistema de leis garante que o problema da responsabilidade possa ser posto para indivíduos racionais. Na história, pois, não se trata, em primeiro plano, de efetivar a universalidade das máximas, mas de instituir um sistema de leis que possibilite a humanidade chegar ao alcance desse fim.

Isso somente se dá durante o progresso histórico e no âmbito coletivo, já que os indivíduos isolados não são capazes de levar tal intento a cabo. “Essa confiança, não obstante, não é apenas teoricamente irrefutável e moralmente necessária, ela encontra (...) confirmação na histó-

8 KANT, *Idéia de uma história universal de um ponto de vista cosmopolita*, pp. 7-8. Daqui por diante referida como *Idéia*. Quando utilizada outra tradução, será referida expressamente.

9 WEIL, *Problèmes kantians*, p. 116.

10 WEIL, *Problèmes kantians*, p. 118.

ria.”¹¹ Trata-se de uma fé da razão (disso não queremos nos safar), mas justamente uma fé na consecução dessa idéia que potencializa o homem a viver no mundo histórico. Citamos Kant:

A questão de saber se o homem ganha ou perde com essa mudança não se põe mais se se observa a destinação de sua espécie que reside unicamente na marcha progressiva em direção à perfeição.¹²

A fé na humanidade não só é indispensável, como é mais ainda um dever trabalhar para a promoção do fim prescrito pela razão quando consideramos a idéia de uma história que caminha em direção ao pleno exercício das liberdades individuais de modo não contraditório. O sentido da história é delineado como a realização da moral e da liberdade racional sob leis.¹³ A história é movida por interesse e dever: o primeiro, mediante as paixões, lança os homens nessa empresa que lhes alimenta a esperança por dias melhores, o segundo, mediante a liberdade, obriga-os a perseguir, se podemos nos expressar assim, um fim que é prescrito pela razão.

No que concerne ao postulado da existência de Deus, Kant declara que a possibilidade de um supremo criador moral possibilita ao homem ter a confiança de que os resultados de suas ações serão compatíveis com os acontecimentos que transcorrem no mundo natural. É sobre esse mundo que ele, enquanto indivíduo racional e finito, não tem controle – e não somente ele, mas a humanidade como um todo. Diante, então, da condição de fiéis seguidores da lei moral, o postulado da existência de Deus está garantindo assim a possibilidade da consecução de uma comunidade moral

11 WEIL, *Problèmes kantien*s, p. 130. Cf. também PHILONENKO, *La Théorie kantienne de l'histoire*, p. 114.

12 KANT, *Conjectures sur les débuts de l'histoire humaine*, p. 153. Em TP, escrito de 1793, encontraremos a seguinte assertiva: “As razões empíricas contrárias à obtenção dessas resoluções inspiradas pela esperança são aqui inoperantes. Pretender, pois, que o que ainda não se conseguiu até agora também jamais se levará a efeito não justifica sequer a renúncia a um propósito pragmático ou técnico (como, por exemplo, a viagem aérea com balões aerostáticos), e menos ainda a um propósito moral que, se a sua realização não for demonstrativamente impossível, se torna um dever.” KANT, *Sobre a expressão corrente: Isso pode ser correto na teoria, mas nada vale na prática*, pp. 57-102 (grifo nosso).

13 WEIL, *Problèmes kantien*s, p. 134.

pautada por princípios de virtude; nestes termos Deus seria o fiador, no âmbito subjetivo, do bem máximo buscado pelos indivíduos.¹⁴

Em se tratando do postulado da existência de Deus, este é considerado como o autor moral do mundo, aquele que garante uma conexão exata entre os intentos morais da humanidade e os acontecimentos naturais próprios desse mundo.

Ao dever cabe aqui somente o empenho para a produção do sumo bem no mundo, cuja possibilidade, pois, pode ser postulada, mas não é considerada pela nossa razão como pensável senão sob pressuposição de uma *inteligência suprema*.¹⁵

E salienta também:

(...) uma tal justificação (...) da *Providência* não é um motivo de pouca importância para escolher um ponto de vista particular para a consideração do mundo. De que serve enaltecer a magnificência da sabedoria da criação num reino da natureza privado de razão, de que serve recomendar a sua observação, se a parte da vasta cena da suprema sabedoria que contém o fim de todas as demais – *a história do gênero humano* – deve permanecer uma constante objeção cuja visão nos obriga a desviar os olhos a contragosto a desesperar de encontrar um *propósito racional completo*, levando-nos a esperá-lo apenas em um outro mundo?¹⁶

O postulado de Deus, portando, se comporta como uma garantia da razão ao indivíduo que busca um sentido racional para os acontecimentos no mundo e lhe permite, mesmo diante da decepção do presente, esperar que se realize em um tempo futuro um propósito racional com-

14 Cf. CRPr, A 223ss. Cf. BECK, *Commentary on Kant's Critique of Practical Reason*, p. 251.

15 KANT, *Crítica da razão prática*, p. 245; A 226-227 (grifo nosso).

16 KANT, *Idéia de uma história universal de um ponto de vista cosmopolita*, pp. 21-22 (grifo nosso).

pleto na história do gênero humano. A necessidade do postulado surge do próprio imperativo categórico; sem a pressuposição daquele, o objeto de uma vontade moralmente determinada seria impossível.

O postulado é apenas uma máxima de conduta para que o sujeito possa agir *como se* contasse com o apoio de um governante moral do mundo. Pois se é dever dos indivíduos guiarem suas ações com vistas a um objetivo, também a razão está autorizada – sem ferir sua conduta no campo teórico – a aceitar as condições com as quais é possível alcançá-lo, mesmo que não seja viável obter nenhum conhecimento delas (das condições).¹⁷

No delineamento dos argumentos kantianos, então, vemos que Deus está a serviço da razão do sujeito racional finito. Isto é, mesmo lidando com resquícios argumentativos da tardia Idade Média, podemos perceber que Kant traça seu roteiro filosófico centrado no sujeito moral dotado de razão e consolida de maneira definitiva o debate filosófico que erige como azimutes os princípios racionais próprios da humanidade considerada como espécie.

O que foi exposto até aqui diz respeito ao interesse presente nas ações humanas. Esse interesse é um dos motores da história e seu lugar na Filosofia de Kant deve ser melhor explanado. O interesse na Filosofia da História figura sob a insígnia de insociável sociabilidade. Passemos, então, a digredir sobre esse conceito.

2. *A insociável sociabilidade - Uma análise da repercussão do conceito em Idéia*

Podemos delimitar o trecho compreendido entre as proposições Quarta e Sexta de *Idéia* e classificá-lo como a parte na qual a regulação da liberdade dentro de uma sociedade regida por leis é tratada como assunto principal. Posteriormente, a Sétima proposição trata também da liberdade regulada por leis, mas com referência a uma circunscrição mais abrangente, a saber: aquela da relação entre os Estados.

17 ARAMAYO, *Crítica de la razón ucrónica*, p. 155.

Ao final da Sexta proposição, Kant coloca três requisitos para que a humanidade possa realizar a idéia de um supremo chefe justo por si mesmo: a exigência de “[1] conceitos exatos da natureza (...), [2] grande experiência adquirida através dos acontecimentos do mundo e, acima de tudo, [3] uma boa vontade predisposta a aceitar essa constituição (...)”¹⁸. Acrescenta ainda ele que muito dificilmente esses três pontos coincidem e que tal confluência somente pode ocorrer após muitas tentativas frustradas. Consideramos que essa passagem é altamente expressiva para nosso intento e, por isso, delinearíamos abaixo os traços de nossa reflexão em torno de seu conteúdo.

A obrigatoriedade de ser um bom cidadão é exigida nesse contexto por um corpo republicano de leis civis que regula a manifestação de uma característica muito singular da natureza humana, a saber, a “insociável sociabilidade”¹⁹. Este é o conceito com o qual identificamos uma tendência dos homens a entrar em sociedade e, sucessivamente, a agir de maneira egoísta tentando tirar proveito das situações.

Em um primeiro momento da história, os homens percebem que a vivência em sociedade é o que lhes permite realizar sua própria natureza, assegurando o desenvolvimento de seu trabalho e o desfrute daquilo que dele tiram. Entretanto, essa tendência associativa logo é superada por um modo de ação que visa apenas a satisfação própria dos quereres egoístas, o que caracteriza assim um conflito generalizado entre as liberdades daqueles que compõem a comunidade, situação que é contrária ao ideal prático da razão.

A importância de um corpo civil concebido sob o viés republicano pode ser assinalada em dois pontos: (1) primeiro o estabelecimento de mecanismos legais que limitam e controlam o poder da autoridade governante²⁰, atendendo assim o princípio da submissão de todos os integrantes da comunidade a uma lei comum, e, concomitantemente, (2) a regulação dos antagonismos de maneira pacífica.

Detenhamo-nos, pois, a essa altura do texto, no requisito aventado por Kant – grande experiência adquirida – e consideremos sua relevância

18 KANT, *Idéia de uma história universal de um ponto de vista cosmopolita*, p. 12.

19 KANT, *Idéia de uma história universal de um ponto de vista cosmopolita*, p. 8.

20 SOROMENHO-MARQUES, *Razão e Progresso na filosofia de Kant*, p. 455.

salientando a importância da experiência no progresso moral da humanidade, isto é, no desenvolvimento de suas disposições originárias.

Parece-nos que depois de tanto avançar em suas proposições no que concerne ao roteiro de *Idéia*, Kant dá um passo atrás e reserva umas poucas palavras em sua Sexta proposição a fim de elencar os requisitos necessários para que tão audaciosos alvos sejam alcançados pela espécie humana no que diz respeito ao desenvolvimento de suas disposições naturais. Cabe, então, voltar à Quarta proposição para podermos discorrer sobre o papel da natureza nessa grande empresa.

Citemos Kant:

O meio de que a natureza se serve para realizar o desenvolvimento de todas as suas disposições é o *antagonismo* [insociável sociabilidade] delas na sociedade, na medida em que ele se torna ao fim a causa de uma ordem regulada por leis desta sociedade.²¹

A concepção que seguiremos é a de que a insociável sociabilidade é o sintoma de uma conduta incitada por móbeis externos, o que fomenta as paixões do homem²². Esse sintoma é propulsor e não objetivo a ser perseguido e mantido. A influência das paixões se dá “da mesma maneira que ele afirma a força de sua liberdade selvagem”, entrando em contato, “e mais exatamente em conflito, com os outros indivíduos; e mesmo tendo tudo contra si, é que ele afirma a força de sua vontade (...).”²³ A selvageria pode ser apreendida como falta de um treinamento da vontade, o qual somente é estabelecido via confrontação entre os indivíduos e afirmação constante da razão no direcionamento daqueles estímulos.²⁴

21 KANT, *Idéia de uma história universal de um ponto de vista cosmopolita*, p. 8.

22 PHILONENKO, *La Théorie kantienne de l'histoire*, p. 90.

23 RAULET, *Kant – Histoire et Citoyenneté*, p. 37.

24 “O conceito central da Quarta proposição é com efeito aquele da ‘resistência’ (Widerstand). (...) é pelo fato da resistência àqueles que ele se choca [melindra] que o indivíduo desenvolve as faculdades de julgamento superiores e acede ao sentido das disposições morais.” (RAULET, *Kant – Histoire et Citoyenneté*, pp. 37-38). A semelhança de tal colocação com a lei de atração e repulsão dos corpos concebida por Newton é nítida e figura como mais uma assimilação das ciências exatas empreendida por nosso autor em pauta.

Diante da comodidade e indolência do homem, a natureza o impele ao trabalho e à fadiga não apenas para que sua inteligência seja desenvolvida, mas também para que ele perceba que sua maior tarefa como membro da humanidade é não permanecer ocioso e indolente frente aos objetivos que se apresentam diante das possibilidades originadas (tarefa que salta aos olhos pelo simples dote de suas disposições). O ser humano, então, está fadado ao melindre, ao confronto com o outro. Com a rotina desse processo, a razão satisfaz sua necessidade de ensaios e treinamentos para atender aos seus ideais. Esse é o caminho a ser percorrido pela humanidade.

As ferramentas utilizadas nesse processo são as paixões próprias do ser humano, enumeradas por Kant como “busca de projeção”, “ânsia de dominação” e “cobiça”.²⁵ Sem elas, as disposições naturais próprias da humanidade permaneceriam em uma inércia de repouso. Já que o homem opta por viver cômoda e prazerosamente na fruição de suas paixões, ele sofre o revés da natureza que utiliza também suas paixões para promover um caminho contrário à simples vida prazerosa, promovendo o desenvolvimento de suas disposições originárias. Adotado o ponto de vista de suas necessidades, o homem age incitado por suas paixões e busca a satisfação naquilo que é do seu querer, sem respeitar os ditames da razão e comportando-se mais como um animal do que como um ser racional portador de moralidade.²⁶

Resgatemos uma passagem da Terceira proposição para enriquecer nosso trajeto: “Com efeito, a natureza não faz nada em vão e ela não é pródiga no emprego dos meios para *alcançar*²⁷ seus fins.”²⁸ Um fator

25 KANT, *Idéia de uma história universal de um ponto de vista cosmopolita*, p. 8; A 392.

26 PHILONENKO, *La Théorie kantienne de l'histoire*, p. 90.

27 Em sua tradução de *Idéia*, Terra utilizou o verbo “atingir”: “A natureza não faz verdadeiramente nada supérfluo e não é perdulária no uso dos meios para atingir seus fins.” (KANT, *Idéia de uma história universal de um ponto de vista cosmopolita*, p. 6). Contudo na passagem em alemão: “Die Natur tut nämlich nicht überflüssig, und ist im Gebrauche der Mittes zu ihren Zwecken nicht verschwenderisch” KANT, *Werke*, p. 36; A 390, não há verbo referente nem à opção de Terra, nem à opção de Piobetta, “En effet la nature ne fait rien en vain, et elle n'est pas prodigue dans l'emploi des moyens pour atteindre ses buts.” (PIOBETTA, *Idée d'une histoire universelle au point de vue cosmopolitique*, pp. 69-89). Então, julgamos lícito lidar com as duas traduções conforme o andar do argumento, preservando a integridade do original.

28 KANT, *Reprise de la question: Le genre humain est-il en progrès constant?*, p. 72 (grifo nosso).

determinante que distingue o homem de todas as outras criaturas é a posse de uma disposição bem particular, a saber, a razão. Como todas as outras, esta disposição é voltada a se desenvolver. Em contrapartida, ela inevitavelmente demanda mais tempo que as outras para “alcançar” sua completa realização.²⁹

O verbo utilizado tanto pelo autor da tradução francesa quanto pelo comentador citado logo acima é *atteindre*, o que nos permite entrever um clamor da razão para ser *atendida* em seu pleito, no sentido de um desenvolvimento sempre necessário, pois, à diferença dos instintos, ela é infinita. A movimentação da humanidade, objetivando a idéia de uma constituição civil, é precedida por um clamor da razão que anseia por essa meta. É com o cumprimento dessa etapa que a razão concebe e fomenta sua gradativa afirmação frente às paixões egoístas que assolam os indivíduos.

Diante do já exposto, é inegociável a condição do ser humano como fim em si mesmo, diferentemente dos outros seres e coisas no mundo, isto é, o ser humano não pode servir apenas como meio seja qual for o objetivo.

Todavia, o que nos permite afirmar que o homem tem uma posição especial no conjunto das espécies a ponto de torná-lo a única espécie que não serve de meio para outra, mas apenas para si mesma? Kant mesmo nos dá essa resposta em *FMC* ao explicar que aquilo que constitui a condição à qual qualquer coisa pode ser em si mesma um fim, não tendo somente um valor relativo, mas um valor íntimo, é a moralidade. Esta, por sua vez, é a única condição que pode fazer de um ser racional um fim em si mesmo (*Zweck (...) selbst*). A moralidade e a humanidade, finaliza ele, “enquanto capaz de moralidade, são as únicas coisas que têm dignidade”³⁰.

A lei moral proveniente da razão – de que somente a humanidade é dotada – é que confere uma condição especial dos seres humanos em relação aos outros animais da natureza. No animal, ao contrário do homem, que deve se comportar como seu *Selbstzweck* (fim em si), suas

29 RAULET, *Kant – Histoire et Citoyenneté*, p. 31.

30 KANT, *Fundamentação da metafísica dos costumes*, pp. 77-78; BA 77.

disposições se desenvolvem nele, mas sem ele³¹. A humanidade é a única espécie capaz de moralidade e, por isso mesmo, a única chamada por sua natureza a ser protagonista no desenvolvimento de suas disposições naturais, não ficando relegada a um papel de coadjuvante. “Como sujeito da lei moral, o homem tem o fim de sua existência em si mesmo. Dele não podemos perguntar de novo em vista de que outro ser ele existe, pois é fim em si mesmo [*Selbstzweck*]”³².

Ressaltando, então, o papel das paixões como ferramental da natureza para que as disposições naturais da espécie humana voltadas para o uso da razão se desenvolvam é tido como indispensável diante da situação cômoda preferida pelos seres humanos quando acomodados em sua preguiça. Com as paixões, aumenta-se a força das disposições naturais, multiplica-se a engenhosidade, estendem-se os domínios do entendimento e das técnicas e, por consequência³³, conduz-se ao desenvolvimento da razão.

3. Considerações finais

Nosso esforço reflexivo foi motivado pela perspectiva de que a reflexão de Kant sobre a moral leva à Filosofia da História. Tanto suas idéias da razão pura como seus postulados da razão prática são reconsiderados em sua reflexão sobre a história e recebem termos mais laicos, se podemos dizer assim, como espécie ou natureza.

A Quarta proposição foi temática nesse texto por considerarmos que nela encontramos um rico material de reflexão em suas linhas, servindo de eixo para a reflexão ética filosófico-histórica. A insociável sociabilidade adquire importância ao tentarmos entender o progresso da humanidade, buscando a realização plena das disposições originárias, razão e liberdade, das quais o ser humano é detentor. O enfrentamento e a resis-

31 PHILONENKO, *La Théorie kantienne de l'histoire*, p. 88.

32 HERRERO, *Religião e história em Kant*, p. 64.

33 Por essa colocação podemos perceber a crença moderna de que o melhoramento moral seria produto do esclarecimento; ou melhor, que o esclarecimento compreendia tanto o avanço técnico como o moral. Cf. PHILONENKO, *La Théorie kantienne de l'histoire*, p. 93.

tência são atestados de que a moral kantiana está muito longe de um solipsismo improfícuo; mas isso é assunto para uma discussão mais alongada e posterior.

Ethic and History in Kant: a research about *Idea*

Abstract: This work focus on the transition from the moral field, which concerns the ethical reflection, to the Philosophy of History. The argument will follow the generic lines of a relation of continuity between these two fields, emphasizing the role of the progress idea that underlies the postulates of the practical reason. We will defend that the dimension of the ethical reflection can be understood only if we consider the Philosophy of History, its horizons and its conceptual implications; this is our main point. With this aim in mind, we will consider the idea of progress in order to focus on the fourth proposition of Kant's *Idea for a Universal History with Cosmopolitan Purpose*, written in 1784. In this work we will point to the unsociable sociability as a key concept. We will also refer to some other works of Philosophy of History to better set it out.

Key-words: progress – unsociable sociability – Philosophy of History.

Referências bibliográficas

- ARAMAYO, R. R. *Crítica de la razón ucrónica*. Madri: Tecnos, 1992.
- BECK, L. W. *Commentary on Kant's Critique of Practical Reason*. Chicago: Chicago University Press, 1984.
- GOLDMANN, L. *Mensch, Gemeinschaft und Welt in der Philosophie Immanuel Kants*. Zurich: Europa Verlag, 1945.
- HERRERO, F. J. *Religião e história em Kant*. São Paulo: Loyola, 1991.
- KANT, I. *Conjectures sur les débuts de l'histoire humaine*. Trad. Stéphane Piobetta. Paris: Flammarion, 1990.
- _____. *Crítica da razão prática*. Trad. Valério Rohden. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

- _____. *Crítica da razão pura*. 4. Ed. Trad., intr. e notas de Maria Helena da Rocha Pereira. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1997.
- _____. *Fundamentação da metafísica dos costumes*. Trad. Paulo Quintela. Lisboa: Edições 70, 2002.
- _____. *Idée d'une histoire universelle au point de vue cosmopolitique*. In: *Opuscules sur l'histoire*. Paris: Flammarion, 1990.
- _____. *Idéia de uma história universal de um ponto de vista cosmopolita*. Trad. Rodrigo Naves e Ricardo R. Terra. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2003.
- _____. *Reprise de la question: Le genre humain est-il en progrès constant?* In: KANT, I. *Opuscules sur l'histoire*. Trad. Stéphane Piobetta. Paris: Flammarion, 1990.
- _____. *Sobre a expressão corrente: Isso pode ser correto na teoria, mas nada vale na prática*. Trad. Artur Morão. In: *A paz perpétua e outros opúsculos*. Lisboa: Edições 70, 2002.
- _____. *Werke*. Frankfurt Am Main: Shurkamp, 1956-1964.
- PHILONENKO, A. *La Théorie kantienne de l'histoire*. Paris: J. Vrin, 1986.
- _____. "L'idée de progrès chez Kant". *Revue de Métaphysique et de Morale*, Paris, v. 79, n. 4, pp. 433-456, 1974.
- RAULET, G. *Kant – Histoire et Citoyenneté*. Paris: Presses Universitaires de France, 1996.
- SOROMENHO-MARQUES, V. *Razão e progresso na filosofia de Kant*. Lisboa: Colibri, 1998.
- WEIL, E. *Problèmes kantians*. Paris: J. Vrin, 1998.